

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

BIANCA CORRÊA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM
ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS**

São Carlos - SP

2023

BIANCA CORRÊA DOS SANTOS

**EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM
ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Psicologia da Universidade Federal de
São Carlos (UFSCar).

Orientadora: Sabrina Mazo D’Affonseca

São Carlos - SP

2023

SUMÁRIO

1. Resumo	4
2. Introdução	5
3. Método	8
4. Resultados e Discussão	11
5. Considerações Finais	29
6. Referências	31
7. Anexo 1	37
8. Anexo 2	39

RESUMO

O contexto de vulnerabilidade ao qual estão submetidas pessoas em situação de rua, somado a um modelo de sociedade patriarcal, expõe mulheres que vivem nas ruas às mais diversas formas de violência. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar e refletir sobre as experiências de violências vivenciadas por mulheres em situação de rua. Participaram desta pesquisa duas mulheres, uma cis e uma transgênero, em situação de rua há, pelo menos, um mês e com idade superior a 18 anos. Elas responderam a uma entrevista semi-estruturada em um encontro estabelecido em instituição de acolhimento. As informações coletadas foram transcritas e analisadas a partir da análise temática visando identificar conteúdos convergentes e divergentes na narrativa das participantes e estabelecer categorias de análise. A história pregressa e fatores que levaram a situação de rua foram relacionados a experiências adversas na infância. Ambas sofreram violência por parceiros íntimos e eram usuárias de drogas. A percepção da violência vivenciada e presenciada no contexto de situação de rua foram relacionadas a diversas formas de violência perpetradas majoritariamente por outros homens, sob o contexto da vulnerabilidade e desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulheres; Situação de Rua; Violência.

ABSTRACT

The vulnerability context faced by individuals experiencing homelessness, coupled with a patriarchal societal model, exposes women living on the streets to various forms of violence. In this regard, the present study aimed to analyze and reflect upon the experiences of violence endured by women in situations of homelessness. Two participants, one cisgender and one transgender, both experiencing homelessness for at least a month and aged over 18, took part in this research. They responded to a semi-structured interview conducted during a meeting held at a sheltering institution. The gathered information was transcribed and subjected to thematic analysis to identify convergent and divergent content in the participants' narratives and to establish analytical categories. Their past histories and the factors leading to homelessness were linked to adverse childhood experiences. Both had suffered violence from intimate partners and were drug users. The perception of violence experienced and witnessed in the context of homelessness was associated with various forms of violence primarily perpetrated by other men, within the framework of vulnerability and gender inequality.

Palavras-chave: Women; Homelessness; Violence

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é definida pela Política Nacional para a População em Situação de Rua como um grupo populacional que utiliza de ambientes públicos como espaço de moradia e sustento de forma temporária ou permanente. (Decreto nº 7.053, 2009). Atualmente o Brasil não realiza a contagem da população de rua em nível nacional mas, segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) a estimativa é que essa população tenha crescido 140% a partir de 2012 e chegado a cerca de 222 mil brasileiros em março de 2020. Esse grupo, apesar de heterogêneo, possui características em comum como a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regularizada. (Pereira & Mattos, 2019)

Para além do crescimento ao longo dos anos, é observada a aceleração recente desse crescimento e, apesar de evidenciado nos últimos anos, a ocupação dos espaços públicos como moradia por indivíduos é um problema que ocorre há décadas nos grandes centros urbanos. Desde o início da era industrial, em meados do século XVIII, o contingente de migrantes para grandes cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho não era suprido pela quantidade de habitações (Vale & Vecchia, 2019). Nesse sentido, essa população insere-se no amplo processo de exclusão social no Brasil de origens econômicas. Partindo de um processo mundial de diminuição do estado social, o modelo econômico implantado no país produziu sujeitos rejeitados, pessoal e socialmente, com pouca ou nenhuma perspectiva de transposição social, que passaram a utilizar o espaço da rua como moradia e sobrevivência (Costa, 2006).

A situação de rua se torna mais complexa conforme se considera todos os fatores que se relacionam no processo de ida para a rua. Dentre os fatores que levam à partida de um indivíduo para a rua, destacam-se as histórias de ruptura de vínculos familiares decorrentes de situações como desemprego, violência, perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição e doença mental (Araújo, 2006). Além disso, é possível encontrar na rua pessoas que possuem um subemprego sem ganho suficiente para o sustento e aquelas que chegam de grandes cidades mas não conseguem emprego e/ou moradia. No geral, os próprios sujeitos relatam histórias de cotidianos marcados por perdas, exclusão, subalternização e desqualificação. (Prates, Prates & Machado, 2011).

O cotidiano marcado por eventos adversos e estressores mantém-se ou ainda acentuam-se na vida na rua, onde o indivíduo é exposto a situações nocivas como fome, frio, problemas de saúde, exposição às drogas, exploração sexual e diversos outros tipos de violência. A vida na rua é frequentemente relacionada com consequências negativas ao desenvolvimento saudável do indivíduo, que precisa adotar estratégias variadas para garantir sua sobrevivência e segurança (Paludo & Koller, 2005; Alves et al., 2002).

Analisando-se a realidade da situação de rua sob a luz do recorte de gênero, implicam-se inúmeras diferenças nas experiências e estratégias de sobrevivência entre homens e mulheres na rua. Além das situações adversas comuns à todos, as mulheres em situação de rua são vulneráveis ainda às circunstâncias relacionadas à sua condição de gênero, como violências físicas e psicológicas, abuso sexual, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada (Brasil, 2012). Apesar da escassez de dados atualizados, as mulheres ainda são menor número nas ruas se comparadas aos homens. A pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2009) demonstrou que a porcentagem de mulheres em situação de rua no cenário nacional era de apenas 18%.

Rosa e Bretas (2015), em um estudo de cartografia realizado na cidade de São Paulo acerca da vida de mulheres em situação de rua, mostraram a violência como um elemento intrínseco no universo da vida das moradoras. A primeira fase do estudo foi realizada entre 2010 e 2011 em três distritos com grande quantidade de pessoas em situação de rua da região central da cidade de São Paulo e houve observação ou interação com cerca de cem mulheres, registradas em um diário de campo. Na segunda fase, entre abril e julho de 2011, foram entrevistadas 22 mulheres que estavam abrigadas em um Centro de Acolhida que funcionava 24 horas, dada a dificuldade de realizar as entrevistas nos logradouros da cidade por diversos fatores que poderiam comprometer a qualidade da coleta. As entrevistadas tinham, em comum, histórias de vida permeadas por pobreza, experiências de violências, transtornos mentais e dependência de drogas, tanto antes quanto durante sua estadia na rua. Quando questionadas a respeito das violências que vivenciaram, os relatos quase sempre incluíam situações de agressão física ou sexual, enquanto formas não físicas de violência não eram reconhecidas como tal nos episódios relatados.

Minayo (2006, p. 82) classifica a expressão dos atos violentos em quatro tipos, sendo o abuso físico o uso da força para produzir injúrias, feridas ou dor; o abuso sexual como práticas sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaça; a negligência

como recusa a oferta de cuidados e o abuso psicológico, que se refere a agressões verbais que humilham, rejeitam ou aterrorizam a vítima. Por efeito do termo violência remeter a situações em que marcas físicas endossam o ato, esta última é comumente invisibilizada e muitas vezes não é, sequer, reconhecida pela vítima.

Em um estudo exploratório, Sanchotene, Antoni e Munhós (2016), investigaram as concepções de mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, sobre ser mulher nesse contexto. Seis mulheres com idades entre 25 e 55 anos e tempo em situação de rua entre 14 e 36 anos participaram do estudo e todas elas tinham, pelo menos, um filho. A coleta foi realizada nas dependências físicas do CENTROPOP (Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade) através de entrevista semiestruturada posteriormente submetida à análise temática. A partir dos relatos, concluíram que as concepções sobre ser mulher estavam quase sempre relacionadas às violências a que estavam suscetíveis. As autoras apontam, ainda, a escassez de estudos sobre o tema que, ao conhecer melhor essa população, proporcionem reflexões acerca da exclusão social de tais mulheres.

A suscetibilidade à violência é um tema tangenciado pelas relações de poder entre categorias de classe, raça e gênero. No que diz respeito à violência de gênero, para Araújo (2008), a ordem patriarcal é um fator preponderante pois concede aos homens o direito de controlar mulheres e legitima a desigualdade e a dominação masculina internalizada por homens e mulheres ao longo de toda a história. Nesse sentido, associados a outros fatores condicionantes raciais e de classe, ser mulher se torna um dos fatores mais significativos para a violência. No Brasil, as informações oficiais relacionadas à violência sofrida por mulheres de forma geral são subnotificadas e, apesar de não termos a dimensão real, essa situação parece ser ainda mais grave no que se refere a mulheres em situação de rua. (Rosa & Bretas, 2015). Ainda que apresentem a desigualdade de poder nas relações como um fator comum e predominante, cada forma de violência contra a mulher possui dinâmicas próprias, relacionadas ao contexto e à singularidade dos agentes. (Araújo, 2008).

Considerando, portanto, a vulnerabilidade de populações em situação de rua e, sobretudo, da mulher, o presente estudo teve como objetivo analisar e refletir sobre as experiências de violências vivenciadas por mulheres em situação de rua em sua história progressa, bem como no cotidiano da rua.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo duas mulheres, aqui mencionadas pelos nomes fictícios Maria Alessandra, mulher cisgênero de 59 anos, autodeclarada parda e em situação de rua intermitente há 23 anos; e Maria Beatriz, mulher transgênero, 27 anos, autodeclarada parda e em situação de rua há cerca de 1 ano e 6 meses. Os critérios estabelecidos para a participação no estudo foram: mulheres com idade superior a 18 anos e em situação de rua há, pelo menos, um mês. O critério de exclusão foi estar sob efeito de substâncias psicoativas no momento da coleta de dados.

Instrumentos

Foi utilizado um roteiro semiestruturado (Anexo 1), elaborado pela pesquisadora e compartilhado com outros pesquisadores para que fossem realizadas avaliação da consonância entre o roteiro e o objetivo da pesquisa e possíveis contribuições. O roteiro é composto por perguntas de caracterização sociodemográfica (idade, escolaridade, gênero e autodeclaração de cor) e perguntas disparadoras sobre história pregressa, trajetória e vivências na rua. A escolha do roteiro semi-estruturado de entrevista como instrumento desta pesquisa visou possibilitar respostas espontâneas, além de promover a fluidez e flexibilidade das temáticas abordadas a fim de obter um material verbal rico e complexo para posterior análise.

Procedimentos

Etapa 1 - Aspectos éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (CAAEE 60435722.5.0000.5504). As participantes tiveram que ler e consentir com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 2), que apresenta de forma clara os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada na coleta e análise de dados, bem como os possíveis riscos e benefícios da participação, disponibilidade de assistência dada em casos graves, garantia de sigilo de todas as informações pessoais, método de divulgação desses dados e sua autonomia e direito de desistência a qualquer momento da coleta de dados, sem qualquer tipo de prejuízo.

Etapa 2 - Recrutamento dos participantes

Primeiramente, foi emitido um Ofício pelo Departamento de Psicologia da UFSCar enviado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município de São Carlos - SP a fim da apreciação do projeto e solicitação de autorização para recrutar participantes no Centro de Referência da População em Situação de Rua (Centro POP) e na Casa de Passagem “Reynaldo Bertolino”, ambos serviços de acolhimento e atendimento diário à adultos em situação de rua. Após anuência da Secretária Municipal foi realizado o contato com as gestoras do Centro POP e da Casa de Passagem para planejar estratégias de recrutamento das possíveis participantes, uma vez que são raras e breves as passagens de mulheres por esses serviços. Foram realizados plantões e visitas diárias às instituições que possibilitaram contato com homens e mulheres usuários dos serviços de acolhimento e, às mulheres que se adequaram aos critérios de inclusão mencionados anteriormente, foi apresentada a pesquisa e feito o convite de participação. Uma participante foi recrutada no Centro POP e uma na Casa de Passagem.

Etapa 3 - Coleta de dados

Devido ao caráter passageiro da permanência das participantes nas instituições e, portanto, a inviabilidade de marcar outros encontros, a coleta de dados foi realizada imediatamente após o aceite do convite de participação, em salas cedidas pelas instituições e através. Após ler e consentir com o TCLE, foi realizada a entrevista individual com cada participante, a qual utilizou o roteiro de entrevista semiestruturado descrito na seção instrumento. As entrevistas tiveram uma duração média de 60 minutos. Elas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

Etapa 4 - Análise dos dados

As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, analisadas com base nos procedimentos da Análise de Conteúdo Qualitativa, caracterizada, segundo Bardin (2011), como um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos para a descrição do conteúdo das mensagens. O trabalho minucioso de análise de conteúdo foi iniciado com a leitura flutuante e exaustiva dos registros, seguido pela codificação de trechos (unidades de registro) significativos das entrevistas levando em consideração o objetivo da pesquisa e os temas emergentes. Cada entrevista foi codificada pela pesquisadora e por uma assistente de pesquisa, individualmente, até que estivessem em consonância, a fim de conceder maior

credibilidade às análises através da validação por concordância entre juízes (Castro et al., 2011).

A seguir, foi realizada a agregação das unidades de registro em eixos temáticos em razão de características comuns e, por fim, a agregação dos eixos temáticos em categorias. De acordo com Bardin (2011), as categorias podem ser criadas a priori, a partir apenas da teoria, ou a posteriori, a partir da análise dos dados. O plano de análise desta pesquisa contou com duas categorias criadas a priori: “História pregressa e fatores que levaram à situação de rua” e “Percepção da violência vivenciada e presenciada no contexto de situação de rua”. Enquanto a categoria “Fatores Subjetivos de proteção” foi emergente após a leitura e codificação dos registros. Por fim, foram investigadas e analisadas as semelhanças e singularidades dos casos, de acordo com Yin (2010), para garantir maior qualidade de análise em estudos de casos múltiplos.

Conforme apresentado na Tabela 1, as categorias foram classificadas e agregadas a partir dos eixos temáticos emergentes da exploração e codificação do material coletado.

Tabela 1

Resultado da categorização dos dados

Categoria de Análise	Eixos Temáticos	Unidades de Registro
História pregressa e fatores que levaram à situação de rua	Relacionamento Familiar	Negligência Parental
		Perda dos pais
		Violência Sexual
		Violência física
		Violência Psicológica
		Exploração do trabalho infantil
	Relacionamentos Amorosos	Violência Sexual
		Violência Física
		Abandono

	Natureza da violência	Violência Física
		Violência Sexual
		Violência Psicológica
		Violência Moral
Percepção da violência vivenciada e presenciada no contexto de situação de rua	Agentes da violência	Polícia
		Instituições
		População em geral
		Homens em situação de rua
	Causa da violência	Desigualdade de gênero
		Vulnerabilidade
		Visão preconceituosa

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como supracitado, a coleta de dados foi realizada com duas participantes, Maria Alessandra e Maria Beatriz (nomes fictícios) e a apresentação de resultados será feita através da descrição das entrevistas realizadas com as participantes do presente estudo e, também, por meio de quadros de citações das participantes referentes a cada uma das categorias pré-estabelecidas e emergentes a partir da análise de conteúdo. A discussão dos dados, então, será feita a partir dessas categorias.

1. Descrição dos Casos

a. Maria Alessandra

Maria Alessandra era uma mulher cisgênero, de 64 anos, autodeclarada parda, natural de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Estudou até o quarto ano do ensino fundamental. Era adepta da religião católica e vivia em situação de rua intermitente desde

1999 (cerca de 23 anos). Após a morte de seus pais, Maria Alessandra se mudou para a casa de sua irmã mais velha, onde foi violentada sexualmente por seu cunhado. Deixou a casa da irmã aos 15 anos e, posteriormente, se casou e teve filhos. Maria Alessandra teve seis filhos e, atualmente, mantém contato com eles através de redes sociais quando tem um celular disponível ou os visita quando está na mesma cidade que eles.

A história pregressa de Maria Alessandra foi marcada por relacionamentos amorosos caracterizados por infidelidade e múltiplas formas de violência. Devido à participação do ex-marido em um roubo, Maria Alessandra foi encarcerada por cerca de dois anos em regime fechado e mais de um ano no semiaberto, até que foi absolvida. Apesar de não ter tido envolvimento no crime, Maria Alessandra estava acompanhando o marido no momento da abordagem policial e, por isso, foi presa também. Durante o encarceramento, Maria Alessandra não sofreu nenhuma violência física por parte de outras mulheres, tampouco dos agentes penitenciários, devido ao seu bom comportamento e rotina de trabalho. Apesar disso, os anos encarcerada foram sofridos e sua maior dor foi a saudade da família e a falta de contato com os entes queridos.

Maria Alessandra considera as experiências de violência sexual e os relacionamentos abusivos que já teve como fatores determinantes para que ela esteja em situação de rua. Apesar disso, considera que ter um parceiro é importante para a sobrevivência quando se está em situação de rua sendo uma mulher, pois estes, normalmente, acabam por exercer um papel de proteção em relação a outros homens.

Maria Alessandra no momento da entrevista estava casada com um homem que conheceu quando estava internada em uma clínica de reabilitação. Ele era marido de uma das monitoras da clínica e, após o divórcio, começaram a se envolver amorosamente e se casaram. Maria Alessandra estava satisfeita com a atual relação, pois o marido era uma pessoa amigável, que a ajudava e dava bons conselhos, além de protegê-la dos perigos da vida na rua, o que considera essencial visto que, segundo ela, mulheres sozinhas na rua são mais vulneráveis a agressões e abusos.

Em relação ao uso de substâncias, Maria Alessandra já fez uso de outras drogas, principalmente maconha mas, atualmente, seu consumo se concentra no álcool, tanto por ser mais acessível quanto por ter menos risco de ser abordada pela polícia. Acredita que caso a abordagem aconteça, juízes e autoridades vão acreditar na versão da polícia em detrimento dos usuários de drogas em situação de rua. Para Maria Alessandra, o uso de álcool é uma forma de sobreviver na situação em que se encontra, e considera difícil encarar a vida em

situação de rua sem alguma substância. Além disso, vê o vício em drogas como uma doença sem cura e lamenta a falta de compreensão das pessoas que não vivenciam essa realidade.

Quanto à relação das pessoas em situação de rua com a polícia, Maria Alessandra tem medo de violência, incluindo agressões físicas e até mesmo casos de morte provocados por policiais. Para ela, a polícia, especialmente a militar, é violenta e há relatos de forjarem acusações e plantarem drogas em usuários para incriminá-los.

No contexto em que vive, Maria Alessandra tem constante medo de sofrer agressões e, mesmo contando com a proteção de um parceiro, se sente insegura para dormir. Tem convicção de que, nesse contexto, a violência nem sempre é praticada por pessoas estranhas e relacionamentos conturbados também podem oferecer perigos. Na rua, já presenciou casos de violências extremas, como o de uma amiga que foi queimada pelo próprio parceiro depois de uma discussão.

Maria Alessandra se sente muito insatisfeita com as condições dos abrigos existentes para as pessoas em situação de rua e a falta de recursos adequados para estes, como, por exemplo, a falta de roupas de cama, cobertores, papel higiênico e itens de higiene básicos.

Quanto à saúde, Maria Alessandra não passava por consultas médicas, não tomou a vacina contra a COVID-19 e não usava máscara. Apesar de algumas pessoas conhecidas terem morrido devido à infecção pelo coronavírus, acredita que sua fé em Deus a protege. Acerca da religião, Maria Alessandra tem intensa fé em Deus e acredita que ele está presente em sua vida mesmo que não frequente a igreja regularmente. Por isso, agradece todos os dias e tem confiança de que está sendo cuidada e protegida.

Para Maria Alessandra, a sociedade muitas vezes os rotula como vagabundos, mendigos e usuários de drogas, e não são valorizados como ser humano. No dia a dia, algumas pessoas são empáticas e se dispõem a ajudar e fornecer alimentos para as pessoas em situação de rua, mas essa visão não é compartilhada pela maioria.

Maria Alessandra não se considerava bem vista pelas pessoas por ser uma moradora de rua. Apesar disso, expressava uma visão positiva de si mesma e colocava como único ponto negativo o fato de consumir álcool. Se via como uma mulher que preza, acima de tudo, por ser justa, além de não aceitar ser humilhada e intervir quando outras pessoas o são. Ademais, considerava importante não se apegar a bens materiais devido à transitoriedade da vida.

b. Maria Beatriz

Maria Beatriz é uma mulher transgênero, autodeclarada parda, de 27 anos, natural de uma cidade do interior do Piauí. Estudou até o 7º ano do ensino fundamental e estava em

situação de rua há cerca de 1 ano e 6 meses. A história pregressa de Maria Beatriz revela uma infância permeada por adversidades, tais como negligência parental, exploração do trabalho infantil, agressões físicas e verbais e abusos psicológicos. As agressões verbais e abusos psicológicos eram, predominantemente, advindos de sua mãe, uma mulher alcoolista. Já as agressões físicas eram praticadas por seu pai e irmão. Os episódios de violência se tornaram mais intensos e frequentes por volta dos 10 anos, quando se entendeu como uma mulher transgênero e compartilhou essa informação com a família. Após essa revelação, Maria Beatriz sofreu violência sexual por parte de seu pai. Embora não se lembre de detalhes específicos do ocorrido, lembra que, ao contar para sua mãe, foi agredida fisicamente e desacreditada. Aos 14 anos, Maria Beatriz começou a se prostituir por motivos financeiros e se mudou para Brasília, onde foi aliciada por uma cafetina que sugeriu que ela fosse para o estado de São Paulo, com a promessa de renda maior na vida de prostituição.

Ao sair de sua cidade natal, Maria Beatriz deixou um namorado e passou anos sem se relacionar amorosamente até que, durante um programa, conheceu um homem por quem se apaixonou e se relacionou por 2 anos e 9 meses. Maria Beatriz era muito feliz no início do relacionamento, pois o namorado a assumiu perante toda a família e a levou para morar junto dele no quintal da casa de sua mãe. Com o passar do tempo, porém, começou a sofrer agressões físicas e humilhações praticadas pelo namorado e pela mãe deste, que se intensificaram até que decidiu fugir para outra cidade. Algum tempo depois, tentou contato com o namorado, que a mandou parar de ligar pois estava casado com outra mulher. Apesar das violências vivenciadas neste relacionamento, Maria Beatriz destaca, até hoje, o sentimento de vazio pela ausência do ex-namorado.

Com a falta que sentia do ex-namorado e um sentimento de desespero e destruição, Maria Beatriz começou a usar substâncias diversas como álcool, cocaína e, posteriormente, crack. Depois de ingressar no mundo das drogas, Maria Beatriz abandonou os cuidados consigo mesma e atribui a esses motivos sua condição de rua. O uso de drogas era, no momento da entrevista, um motivo de preocupação para Maria Beatriz. Devido ao desenvolvimento de tolerância a essas substâncias, o consumo estava cada vez mais frequente e em maiores quantidades para manter o efeito desejado, o que tinha ocasionado alguns episódios de alucinações. A renda de Maria Beatriz no contexto de situação de rua, oriunda da venda de materiais recicláveis coletados na rua e da prostituição, era quase totalmente destinado a esse fim, admitindo ser capaz até de se humilhar para obtê-las. Além disso, o impacto do uso de entorpecentes foi motivo do fim de outro relacionamento amoroso, que teve duração mais breve e menos impactante que o anterior.

Sobre as relações interpessoais, no momento da entrevista, Maria Beatriz não estava em um relacionamento amoroso e havia duas amigas com quem tinha vínculos mais estreitos, a quem chamava de “mãe” e “irmã” e que se apoiavam e protegiam mutuamente. Suas relações com as demais mulheres, embora pouco profundas, eram de respeito e cordialidade, exceto por casos pontuais de desavenças com algumas mulheres que sentiam ciúmes pelo fato do marido ter histórico de envolvimento com outras mulheres transgênero.

No contexto em que vivia, o maior medo de Maria Beatriz era sofrer graves agressões que a levassem a perder sua autonomia física, ter sua vida devastada ou morrer. Tal medo atrelado à insegurança para dormir a fez passar por alguns longos períodos de privação de sono. Ainda assim, Maria Beatriz preferia ficar sozinha a estar em grupos durante a noite, uma vez que em grupo ficava sujeita a sofrer repressão policial pela atitude de outras pessoas.

Maria Beatriz considerava a polícia como principal agente praticante de agressões contra a população de rua pois presenciou, consigo e com outras pessoas, inúmeros episódios de violência, tais como uma abordagem policial discriminatória. Em uma dessas ocasiões foi insultada e desrespeitada em relação à sua identidade de gênero. Ademais havia ameaças de implantação de drogas a fim de prejudicar a pessoa em situação de rua e graves agressões físicas. Devido à uma agressão física policial, Maria Beatriz passou alguns dias com dificuldade para respirar, desmaiou e foi hospitalizada. Por isso, prefere evitar confrontos com a polícia, especialmente quando está sob o efeito de drogas.

Homens em situação de rua também foram considerados por Maria Beatriz como um dos principais agentes agressores à mulheres em situação de rua, principalmente quanto à agressões sexuais. Em certa circunstância, Maria Beatriz despertou com um homem beijando-a à força enquanto dormia. Em outra, foi forçada a ter relações sexuais e cedeu com medo de ser agredida fisicamente caso tentasse se esquivar. Maria Beatriz acreditava que os episódios de violência verbal e física proveniente de homens em situação de rua e da população em geral aconteciam, predominantemente, no período diurno, enquanto a violência policial prevalece nos períodos noturnos.

Maria Beatriz considerava que a maior violência que vivenciou enquanto mulher transgênero em situação de rua e de prostituição foi realizada por um cliente que se negou a pagar o programa. Nesse episódio, foi esfaqueada em 3 pontos do intestino e andou quase sem forças e sozinha até a porta do hospital, pois não passava ninguém na rua que pudesse ajudá-la e passou 20 dias em coma em uma cidade do interior do estado de São Paulo.

A única instituição da qual recebia suporte no momento da entrevista era uma Casa de Passagem, da qual também dependia para realizar os cuidados diários de higiene e se

alimentar. Embora recebesse algumas doações de alimentos da população em geral, as mesmas não eram recorrentes. Os cuidados com a saúde também eram negligenciados por falta de amparo.

Maria Beatriz acreditava que era vista como um monstro e percebia nojo e desprezo das pessoas ao seu redor. Devido a isso, sua autoestima era constantemente afetada, o que a deixava com vergonha de si mesma e desesperançosa com o futuro. No entanto, conseguia reconhecer em si virtudes como humildade, capacidade de fazer amigos e vontade de se dedicar aos estudos e prosperar. Para o futuro, Maria Beatriz gostaria de se restabelecer, voltar para sua cidade natal, ser proprietária de um bar bem decorado com itens a seu gosto e ter uma casa.

2. Análise

Os resultados e análises deste estudo serão pautados em duas categorias, sendo elas: (1) história pregressa e fatores que levaram à situação de rua e (2) percepção da violência no contexto de situação de rua.

História pregressa e fatores que levaram à situação de rua

Esta categoria foi composta pelos eixos temáticos: relação familiar e relacionamento amoroso. Quanto à relação familiar, tanto Maria Alessandra quanto Maria Beatriz tiveram a infância e adolescência permeadas por experiências adversas. Experiências adversas na infância (EAI) consistem em um evento potencialmente traumático que pode ter efeitos negativos e duradouros sobre uma pessoa. Elas podem ser tanto atos de omissão (negligência) e violência (física, psicológica e sexual) direcionados a uma criança quanto um conjunto de condições contextuais (violência no ambiente familiar, abuso de drogas/álcool pelos pais, separação ou divórcio, morte de um ou ambos os genitores, problemas de saúde mental e atividades criminais) (Felitti et al, 1998). Comumente as EAI coocorrem, isto é, ter sofrido uma forma de EAI aumenta significativamente a probabilidade de ter sofrido ao menos uma outra forma de adversidade (Dong, Anda, et al., 2004) e tem efeito cumulativo quanto maior for a pontuação das EAIs, maior será a probabilidade de comportamentos de risco e problemas de saúde. (Anda et al., 2006).

Maria Alessandra perdeu os pais ainda criança e, posteriormente, foi vítima de violência sexual por parte do cunhado: “*Depois que meu pai e minha mãe morreu fui morar*

com a minha irmã, fui abusada pelo meu cunhado, aí eu saí de casa com 15 anos”. Maria Beatriz, além das EAIs, “Quando eu era pequena [...] fui tomar banho com o meu pai, sabe o que ele fez? Ele mostrou o pinto para mim” e “Minha mãe era alcoólatra, entende? A minha mãe era mais verbal. Meu pai não, ele já era mais agressivo, meu irmão também, eles batiam muito”, também vivenciou exploração do trabalho infantil, que se pode constatar nos trechos “ [...] Meus pais viam a gente mais como trabalhador do que como filho, eles exploravam muito a gente, colocavam a gente muito para trabalhar, eram pais agressivos”.

As situações de negligência e violências no caso de Maria Beatriz e perda precoce dos pais seguida de abuso sexual no contexto familiar de Maria Alessandra, sugerem que ambas as participantes vivenciaram ambientes familiares carentes de segurança e suporte emocional, fato que desempenhou um papel significativo na vulnerabilidade dessas mulheres e na vivência nas ruas. Tais dados corroboram com a revisão sistemática da literatura e metanálise realizada por Liu et al (2021). Todos os estudos analisados pelos autores (n=20; 10034 indivíduos) tinham sido conduzidos no norte global (Estados Unidos, Canadá e Reino Unido). Os resultados indicaram que a prevalência ao longo da vida de EAIs era substancialmente maior entre adultos moradores de rua quando comparados com a população em geral.

No caso de Maria Beatriz, deve-se considerar também a sua identidade de gênero como uma variável que contribuiu para a violência vivenciada na família de origem (“*Aí com 10 anos eu me assumi e foi quando começou a turbulência maior.*”) e, posteriormente, para a vivência na rua. Frazão e Rosário (2008) apontam que a revelação de uma identidade LGBT na juventude pode levar a crises familiares, violência física, expulsão de casa, afastamento emocional dos pais e outras reações negativas. Nesse mesmo sentido, Flentje (2016) destaca que conflitos familiares, desaprovação da orientação sexual e identidade de gênero, além de episódios de violência e violações na infância, são importantes motivos pelos quais mulheres transgênero chegam à situação de rua.

Ao estar em situação de rua, a empregabilidade restrita ou ausente a esse público e suas consequências como baixa renda, impossibilidade de moradia e condições precárias de saúde são mais prevalentes na população transgênero e faz com que essas mulheres frequentemente recorram ao trabalho sexual para seu sustento:

“Eu vim [do Piauí] cafetinada, com uma cafetina. Primeiro eu fui para Brasília, né. Aí a cafetina de bixinha começou a comentar de São Paulo, que São Paulo era melhor, que São Paulo era milhões, foi onde

a gente veio para procurar coisa melhor, para fazer uma renda maior, na vida de programa”

Tal fato vai ao encontro dos dados a respeito do ciclo de pobreza-estigmatização-exclusão-adoecimento (Souza & Tanaka, 2022; Eastwood et al., 2021), indicando que o contexto de vulnerabilidade de mulheres transgênero em situação de rua e de exploração sexual se retroalimenta.

Para Saffioti (2004), a violência é um ato de poder e homens são, historicamente, estimulados a comportamentos de embate e reforçam sua condição dominante ao cometer abusos. A perpetuação da estrutura patriarcal é identificada nas relações amorosas de Maria Alessandra e Maria Beatriz que, inclusive, consideram estas o principal motivo de estarem em situação de rua. A primeira relata ter sofrido agressões físicas de todos os parceiros amorosos que teve ao longo da vida, além de traição e abandono: *“Nenhum [relacionamento amoroso] prestou, pra falar a verdade.. nenhum! Desde o primeiro. Sempre traição, me batiam.. Essas marcas no meu corpo aqui é tudo de marido. Nenhum vale nada. Tudo que eu arrumei não valia nada”*. A segunda decidiu romper com um relacionamento após sofrer repetidas violências físicas e humilhações, como expõe os trechos *“Acontece que ele... me bateu, bateu, bateu e eu decidi que eu ia dar um tempo e ele não quis, aí ele me agrediu de novo, então peguei minhas coisas e fugi.”* e *“A nossa relação sexual era super confortável, não tinha isso, não tinha violência não, agora a física tinha muito... física, verbal, sabe? Ele era muito de humilhar nas palavras.”*

Nas duas narrativas é possível identificar a repetição do padrão da violência vivenciada na infância e adolescência, cometidas por masculinidades agressoras, antes na figura do pai e cunhado, agora na figura dos companheiros, em que as mulheres são vitimadas e submetidas a laços de domínio, subjugação e violências subjetivas no espaço familiar como uma das mais significativas expressões de violência de gênero. A repetição do abuso nos ambientes ocupados pela mulher, vulnerável a violência onde quer que esteja, as levam a procurar na rua uma forma de fuga e sobrevivência, mas acabam por seguir vulneráveis e desamparadas. (Sanchotene et al., 2019; Zanello, 2019; Minayo, 2007).

Apesar do contexto de violações e sofrimento, Maria Beatriz comenta que ainda ama e sente falta do homem que considera responsável por sua atual situação *“[...] foi aí que tudo começou, entrei em situação de rua por causa dele. E você acredita que eu ainda amo ele?”*.

Para Maria Beatriz, o sentimento de desamparo causado pelo fim da relação a imergiu no uso de substâncias entorpecentes, que culminou na chegada à situação de rua:

“Aquilo [fim do relacionamento] me destruiu, foi como uma facada no meio do peito, você entende? Então eu entrei em desespero, aí eu comecei a cheirar, beber, cheirar, beber e depois eu fui conhecer o crack, conheci o crack, aí foi quando tudo começou, eu sentia muita falta dele, deixei tudo para trás. Aí comecei a passar um pouco de perrengue, sabe? Porque eu já não tinha mais cabeça para mim, para nada, pensava só nele. Aí foi onde eu fui para a situação de rua. Aí depois nada mais dava certo, eu não conseguia mais, porque eu já tinha ingressado no mundo das drogas”.

O apego emocional de mulheres em relação a homens agressores é um fenômeno frequentemente observado em relacionamentos abusivos e permeado por múltiplos fatores como baixa autoestima, medo da solidão, manipulação emocional e desejo de preservar a família, que suscitam na dificuldade de romper o ciclo de abuso, pois sentem-se emocionalmente presas ao agressor (Dutton & Painter, 1981).

Para Zanello (2018), é fundamental pensar no processo de subjetivação das mulheres no contexto brasileiro por meio da categoria de dispositivo amoroso, que centra o investimento afetivo quase exclusivamente na relação amorosa. Nesse sentido, a mulher fica submetida a elos de domínio, dependência e sacrifício com o parceiro que podem levar, inclusive, à participação dessas mulheres em atividades criminosas. O relato de Maria Alessandra vai ao encontro dessa constatação “[Passei] dois anos presa e mais um ano e pouco no semiaberto, por causa de marido isso aí.”. Apesar de não ter envolvimento com o crime, a mulher foi encarcerada em razão dos atos criminosos do parceiro.

É possível perceber que as entrevistadas atribuem a situação de rua a eventos concretos e específicos de sua vida, assim como apontam estudos sobre essa temática que sustentam que a situação de rua para a mulher costuma ser resultado de agressões e violências praticadas no contexto doméstico e familiar. (Neal, 2014; Lenon, 2000). No entanto, em consonância com o estudo de Richwin e Zanello (2023) e Rosa e Brêtas (2015), que julgam necessário transcender a discussão sobre a situação de rua a partir de outros prismas, constata-se nos dois casos aqui apresentados que as violências vivenciadas no contexto de relações familiares e amorosas não foram causas absolutas da transição para as ruas, mas representaram um fator deflagrador, isto é, atuaram como gatilho para o desencadeamento

desse processo que é engendrado de outros elementos complexos e interconectados, como desigualdade de gênero, fragilizações e rupturas de vínculos, escassez de recursos sociais e financeiros, desamparo social e insegurança e desproteção por parte do Estado que, embora menos visíveis que violências físicas e sexuais, também são destrutivos e importantes fatores de vulnerabilização.

Percepção da violência no contexto de situação de rua

Quanto às percepções de violência em geral e vivências cotidianas violentas de mulheres em situação de rua foi possível identificar diversos aspectos das violências sofridas e presenciadas por essas mulheres, não só como deflagradoras que agiram na transição à situação de rua, mas também como rotina da vida em situação de rua, a partir de suas formas de manifestação, agentes e contextos em que ocorrem, a serem analisados neste tópico. As informações oficiais sobre violências vividas por mulheres no Brasil são subnotificadas por medo e falta de confiança na segurança que o Estado deveria promover. Esse processo acontece de forma ainda mais grave no contexto de mulheres em situação de rua, portanto não é possível, atualmente, ter dimensão real desse problema (Rosa & Bretas, 2015).

Entre os episódios de violência citados pelas mulheres se destaca a violência física, principalmente nos relatos de Maria Beatriz, que além de presenciar, sofreu inúmeras agressões, como pode-se constatar a partir dos trechos

*“Já, várias, já vi até um dar facada no outro, já vi descer várias pessoas e bater em alguém, já vi muito tipo de violência, tanto verbal quanto física.”,
“Eu não conseguia respirar, não conseguia fazer nada, aí eu caí na rua e fazia dias que eu não dormia, aí eu caí e desmaiei e acordei no hospital, hospitalizada e, também, no dia anterior eu tinha sido agredida por um policial” e “[...] eu fui esfaqueada, eu tenho uma cicatriz imensa, levei 3 facadas (mostra cicatriz) horrível [...] não sei o que deu na cabeça dele, porque ele furou meu intestino em 3 lugares, eu passei 20 dias em coma, entre a vida e a morte, perdi o movimento desses dedos aqui... então essa foi a maior violência da minha vida, eu tinha esquecido.”*

Em contrapartida, Maria Alessandra não relatou durante a entrevista nenhuma situação de violência física que tenha sofrido. Sua experiência nesse sentido está relacionada com

presenciar ou tomar conhecimento sobre violências vividas por outras mulheres em situação de rua, inclusive amigas próximas:

“Já vi muita mulher sofrer também, os cara bater. É muita agressão, pegar mulher à força, matar. É difícil.”, “Aconteceu com uma amiga minha. Ela foi pega a força, o cara arrancou tudo os dedos dela. Uns tempos atrás até que mataram ela. Passaram uma faca no pescoço, enrolaram numa coberta e deixaram ela. Mas não sei o que aconteceu.” e “minha amiga, o marido dela comprou 1 litro, 10 reais de álcool só porque falaram que ela tava na praça com os caras. Ele foi lá e matou. Tacou tudo em cima dela e tacou fogo, ela ficou 1 mês na UTI. Eles voltaram e iam comprar mais um litro de álcool. Nesse mesmo dia fui atropelada. Iam tacar mais álcool, queimando e iam tacar mais álcool, tudo pegando fogo, fogo, fogo e iam tacar mais álcool”.

Cabe ressaltar que, em nenhuma das narrativas aqui analisadas, outras mulheres, em qualquer situação, foram apontadas como agentes de violência física ou sexual, apenas homens, em situação de rua ou não, foram designados como agressores. Esses achados convergem com o panorama de violência evidenciados em estudos realizados com a população em situação de rua no Brasil, especialmente no que concerne a vivência das mulheres nesse cenário. Além de estarem sujeitas à vulnerações relativas ao contexto amplo da situação de rua tais como fome, falta de moradia, falta de trabalho, relação com a população em geral e relação com os agentes de Estado (Sotero, 2011), mulheres nessa condição enfrentam, como fator suplementar, a vulnerabilidade corporal feminina diante da relação hierárquica entre os gêneros, uma vez que ocupam um espaço tradicional e majoritariamente masculino (Rosa & Brêtas, 2015) e, portanto, ficam sujeitas à continuidade dos padrões de comportamento associados à masculinidade, reforçados por meio de atos violentos praticados por homens. Biscotto et al. (2016) apontou achados que fortalecem a conjectura de que a vida na rua exige que mulheres lidem cotidianamente com situações que envolvem diretamente seu corpo e sexualidade.

Experiências de violência sexual no contexto da situação de rua foram abordadas apenas por Maria Beatriz, a partir de dois relatos:

“eu sei que vou deitar para dormir e pode acontecer alguma coisa, tipo, eu já acordei com cara beijando a minha boca [...] Eu acho que essa

situação do cara beijando minha boca dormindo é uma violência” e “Já acordei com cara com as partes de fora, sabe? [...] foi agressão sexual, não sei nem o que ele estava fazendo ali, eu estava muito cansada, está entendendo? [...] isso pra mim é uma violência sexual, e também, eu tive que fazer mesmo... eu estava dormindo, aí eu acordei e quando fui ver ele já estava em cima de mim, aí ele queria porque queria e ele me segurou, aí eu tive que... transar com ele, porque fiquei com medo dele me bater.”.

Sob a ótica da violência sexual no contexto da rua, não exclusivamente quanto à mulheres transgênero, Machado (1999) identificou o reconhecimento da mulher como uma figura de prostituta como um aspecto compartilhado no discurso de homens que cometeram estupro cruento, definido por Segato (1999, p.387) como o ato “realizado no anonimato das ruas, entre pessoas desconhecidas” e que se fundamenta no uso ou ameaça do uso da força, tal qual os narrados por Maria Beatriz. Tal afirmação deixa implícito que os agressores pretendem justificar e subverter o crime ao defini-lo como uma reparação moral, veiculada através da apropriação do corpo da mulher (Lima & Boeira, 2019). Ademais, tal experiência de Maria Beatriz, frente à ausência de relatos sobre violência sexual de Maria Alessandra, suscita reflexões sobre a estigmatização de mulheres transgênero, submetidas à um contínuo policiamento de gênero. A premissa de que a violência de gênero opera de modo a hierarquizar corpos, discutida anteriormente neste estudo, se relaciona com o estudo de Silva et al. (2022), que revela que violências sexuais perpassam a vida de mulheres transgênero com o propósito de reafirmar a supremacia do controle masculino e perpetuação da inferioridade feminina.

Na narrativa de Maria Alessandra, ressalta à análise sua visão antagônica em relação às figuras masculinas. Ao passo que considera importante que mulheres em situação de rua tenham um companheiro, tendo em vista a fragilidade física feminina, como se constata em:

“E mulher sozinha na rua não dá certo. O homem tá ali e protege. A mulher não tem força, ele pega você a força e como você vai lutar com um homem? Como você luta com um homem? Você pode tentar resistir mas você vai apanhar e ele acaba matando você ainda.”.

A vinculação amorosa e/ou sexual com uma ou mais figuras masculinas, não necessariamente baseada em afeto, costuma estar pautada na necessidade de companhia e proteção e tendem a garantir à mulher algum nível de segurança, uma vez que sozinhas

sentem-se mais expostas às violências. (Dias et al, 2015; Sanchotene et al, 2019; Tiene, 2004). Paralelamente a isso, Maria Beatriz expressa uma visão negativa generalizada sobre a figura masculina, sobretudo as mais próximas:

“Às vezes [...] a própria pessoa que você acha que tá em segurança mas é a que faz mal pra você. Às vezes você acha que ele vai cuidar de você [...]”, “É, fia... Os cara não tem amor mesmo... Se tem eu não sei.”, “Todos são maus, todos. Você não sabe a mente do ser humano, o ser humano tem a mente maldosa. Tem hora que você não sabe o que passa na cabeça do ser humano.” e “[...] o ser humano é na maldade, no coração e na mente. [...] Às vezes a pessoa tá conversando, fez amizade aqui na sua cara e tá pensando o que vai fazer com você.”.

Tal percepção divergente pode ser apoiada tanto nos preceitos da violência de gênero, que faz com que os parceiros reúnam em si o papel de protetor e de agressor concomitantemente (Dias et al., 2015), quanto na constante exposição à violência que condiciona a existência dessas mulheres à elaboração de estratégias de defesa (Silva et al., 2022). Nesse sentido, é possível entender o estado de constante desconfiança, medo e hipervigilância expresso nas falas anteriores e, sobretudo, em:

“Medo de sofrer agressão. A hora que eu tiver dormindo, tacar fogo nos outros. [...] os outros fazerem maldade, dar paulada. Você acha que eu durmo? Meu marido até ronca. Eu não durmo, eu cochilo. Só durmo quando to em lugar fechado. Porque eu tenho medo de fazerem maldade comigo, risca um palito de fósforo...”.

Corroborando esse achado, Silva et al. (2022) identificou sentimentos de medo, desconfiança dos outros e desesperança associados aos impactos das violências vivenciadas por mulheres em situação de rua, que emergem como reflexo dos abusos de poder que aflige essas mulheres durante toda sua trajetória. Nessa perspectiva, pode-se interpretar que as relações intersubjetivas desenvolvidas por mulheres no contexto de situação de rua, considerando também suas experiências pregressas, são atravessadas pelo sentimento da potencial ameaça de serem violentadas (Biscotto et al., 2016).

Em oposição à Maria Alessandra, que considera importante estar acompanhada por um homem no cotidiano e a despeito dos achados já citados que confirmam essa tendência entre

mulheres em situação de rua como estratégia de autoproteção, Maria Beatriz relata preferir dormir sozinha a passar as noites em grupos maiores, por medo das consequências que os tumultos podem gerar.

“Eu geralmente durmo sozinha. Os loucos bebem, ou seja, quando eles estão bêbados, eles não respeitam né, então pode ser um gatilho até pra polícia, dela vir e agredir a gente porque estamos desrespeitando né, querendo ou não. A partir de um momento que um começa, todos vão pagar, por isso prefiro ficar sozinha.”.

O estudo de Rosa e Brêtas (2015) também encontrou uma maioria de mulheres que optavam por garantir a própria segurança na rua, subvertendo, em certa medida, os estereótipos de fragilidade e dependência. Para essas mulheres, essa escolha se dava, principalmente, pela concepção sobre relacionamentos conjugais no contexto de rua e uma tolerância menor às agressões cometidas pelos homens os quais se relacionavam. No entanto, para Maria Beatriz essa preferência se deve sobretudo, pelo medo da atuação do aparelho policial, que será discutida mais à frente neste estudo.

Para Maria Beatriz, os períodos noturnos são considerados menos violentos, como explicitado nos trechos:

“Na rua são diárias [as violências], não tem limite, é dia, noite... Eu prefiro a noite, acho que a noite é menos agressiva [...] Você acha que de dia é melhor? Não é. A noite acho que a gente sofre menos, à noite eu fico bem mais em paz. De dia eu acho que a violência aqui é maior. Tanto da população como dos usuários. Toda vez que eu sofri algum tipo de violência assim ou verbal ou física foi de dia... Agora, a noite tem a polícia, a noite a polícia é mais agressiva, a noite a gente evita a polícia, mesmo que não esteja fazendo nada, porque né?”.

Essa percepção é baseada no fato de suas experiências individuais de violência terem ocorrido predominantemente nos períodos diurnos, exceto pela violência perpetrada pelos aparelhos policiais que, segundo ela, acontecem majoritariamente à noite. Dissonante às experiências de Maria Beatriz, estudos evidenciam que a insegurança vivenciada por pessoas em situação de rua é ampliada nos períodos da noite e madrugada, quando são expostas à

condições climáticas mais intensas, como frio e chuvas, violências sexuais e físicas, como apedrejamentos, espancamentos e até assassinatos ocasionados pela ação de grupos intolerantes, de cunho higienista. (Rosa & Brêtas, 2015; Silva et al., 2022; Biscotto, 2016).

De maneira geral, ao se analisar os relatos de abuso sexual de Mariz Beatriz: “*eu já acordei com cara beijando a minha boca.*” e “*eu estava dormindo, ai eu acordei e quando fui ver ele já estava em cima de mim [...]*” e a resposta de Maria Alessandra quando perguntada sobre o maior medo que sentia enquanto mulher em situação de rua: “*Medo de sofrer agressão. A hora que eu tiver dormindo, tacar fogo nos outros. Em São Paulo é o que mais tem, os outros fazerem maldade, dar paulada.*” e em “*Você acha que eu durmo? Meu marido até ronca. Eu não durmo, eu cochilo. Só durmo quando to em lugar fechado [...]*”, pode-se constatar que, independente da percepção do período do dia que ocorre a maior prevalência da violência, que não é consenso entre as entrevistadas, as narrativas convergem entre si e com os estudos da área ao considerar o ato de dormir, independente do período do dia, como o mais alto grau de vulnerabilidade corporal (Frangella, 2009; Monteiro & Almeida, 2017), sobretudo do corpo feminino, sujeito à reiteração das normas de masculinidade.

A violência institucional é um conceito amplo que neste estudo será apoiada nas definições de Minayo (2007) e Antoni e Assmann (2016), que se refere àquela que existe dentro das instituições e reproduzem estruturas sociais injustas por meio de regras, normas de funcionamento e relações de poder. A forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos, seja em instituições de acolhimento ou órgãos de segurança pública também expressam esse tipo de violação (Sanchotene et al., 2019). Sob a luz desta definição, a violência institucional foi identificada no discurso de Maria Alessandra expressa na forma de negligência e falta de recursos materiais nos serviços de acolhimento:

“Essa noite eu dormi lá no albergue. Por ser um albergue era pra ter pelo menos uma limpeza né? Não tinha lençol, não tinha coberta... cadê a verba? No bolso deles. Não tem uma coberta, lençol fino. [...] Não tem nem papel higiênico. Mulher faz xixi e tem que secar, não tem nem papel higiênico. Se você fizer uma necessidade tem que tomar banho, porque não tem nem papel. Cadê essa verba? É difícil.”.

Nos estudos exploratórios com pessoas em situação de rua, especialmente mulheres, os achados sobre violência vivenciada em serviços de acolhimento prevalecem relacionados à forma silenciosa de violência que produz sentimentos de perda de valor e de identidade dentro desses ambientes, nos quais prevalecem regras rígidas e punições que desconsideram as

individualidades e obriga que as usuárias adequem seus hábitos e costumes para as condições do serviço. (Sanhotene et al., 2019; De Antoni & Assmann, 2016; Rosa & Bretas, 2015; Silva et al., 2020; Biscotto et al., 2016.). Destaca-se que garantir acesso à satisfação das necessidades básicas deveria ser responsabilidade do Poder Público e tais dados evidenciam um cenário no qual os direitos humanos frequentemente são violados por meio de políticas públicas insuficientes e ineficientes que não são capazes de responder às demandas emergentes da população em situação de rua (Silva et al., 2020; Nonato & Raiol, 2016; Monteiro & Almeida, 2017; Machado & Nunes, 2022).

A violência policial, também considerada um tipo de violência institucional uma vez que é perpetrada por um órgão de Segurança Pública, foi outro ponto de convergência nos discursos, que, para as entrevistadas, se expressava predominantemente na forma de violência física, evidenciados pelas falas:

“Medo de [a polícia] matar né, de bater, porque eles chegam a bater...” e “Eles [a polícia] pega você com droga, leva pra cadeia, mata... várias pessoas morreram no centro. Se dão um tiro em você no meio do mato, você está fumando, quem vai saber?” (Maria Alessandra)

“A polícia é a que mais agride.”, “A polícia é a mais violenta, principalmente as palavras, acho que as palavras são mais pesadas que um tapa, mas às vezes eles abusam também na agressão. A polícia não respeita.”, “Agressão física é a pior, igual mesmo o policial chegou e me deu um tapa no peito [...]”, “Por causa da violência do policial e também como ele tinha batido assim no meu estômago, aquilo ficou doendo, [...] e começou a faltar o ar, ele bateu assim nessa região do estômago [...]” e “[...] eu tinha sido agredida por um policial, que até hoje meu dedo ainda dói, porque fui tentar me defender, mas aí eu fiquei uns 3 dias hospitalizada.” [...] (Maria Beatriz)

Denúncias da mesma natureza foram encontradas nos estudos exploratórios com pessoas em situação de rua de Sanhotene et al. (2019), De Antoni e Assmann (2016), Silva et al. (2022) e Campos (2016) que revelaram agressões físicas como socos, chutes, tapas,

empurrões e uso de armas, perpetradas por autoridades policiais como um componente presente no cotidiano dessa população. Para Nonato e Raiol (2018), pessoas em situação de rua, uma vez que compõem grupos sociais vulnerabilizados, estão mais sujeitas à violência praticada por órgãos de segurança pública sob a prerrogativa de garantia da segurança e ordem pública por meio da repressão a crimes. Nonato e Raiol (2016), em uma análise extensa da jurisprudência brasileira no que diz respeito à população em situação de rua, notaram disparidade notável entre ações que visam proteger os direitos das pessoas que vivem em situação de rua, as quais constituem um número inexpressivo, e ações de criminalização de tal população, tão preponderantes que sugere que a população em situação de rua é vista apenas sob ótica penal.

No contexto das abordagens policiais e da estigmatização da população em situação de rua como essencialmente criminosa, cabe trazer à luz outro elemento compartilhado nos relatos das entrevistadas em relação à atuação policial: a ameaça de implantação de drogas, posta em prática sob o pretexto de executar agressões físicas ou de justificá-las. Maria Alessandra ilustra a situação de forma impessoal: “[...] *[A polícia] Joga um monte de drogas no seu bolso, ninguém vai saber, vai ser ‘o traficante’, várias vezes já aconteceu isso.*”, enquanto Maria Beatriz afirma já ter experienciado esse cenário: “*Às vezes eles [policiais] param e falam assim ‘tem droga nessa bolsa?’ e eu digo ‘não tem, não tem mesmo’ e eles dizem ‘se eu quiser vai ter, eu vou pôr e vai ter’, só pra me prejudicar.*”. Nesse sentido, o aparato policial, como instrumento de poder do Estado que detém a legitimação da violência como estratégia para a ordem pública, se utiliza da estigmatização da população de rua e da criminalização dos comportamentos característicos desta população como subterfúgio para a prática de abordagens violentas, agressões e ações de cunho higienista. (Nonato & Raiol, 2016, 2018). Sob esse aspecto, Amorim et al. (2017) questiona as representações instituídas sobre a periculosidade das pessoas em situação de rua, uma vez que agentes do Estado que deveriam garantir proteção, representam o mais significativo violador de direitos dessa população.

Embora os relatos de agressões físicas sejam predominantes no que concerne a experiência de pessoas em situação de rua em face da violência policial, aspectos morais e psicológicos da violência também são identificados na atuação policial, tais como nas ameaças supracitadas. Para Maria Beatriz, a violência policial também já se manifestou como violência moral e psicológica em um episódio no qual foi humilhada e ofendida em razão de sua transgeneridade:

“Eu já recebi uma abordagem deles [policiais] e ele foi e me chamou de lobisomem. Ai eu falei ‘Peraí, senhor, lobisomem aqui é o senhor’. Eu sabia que eu não podia apanhar, estava passando gente, ou seja, eles ficaram sem reação. Ai ele foi e me chamou de ‘ele’, ai eu falei “não me chama de ele, eu não sou ele, eu sou ela”, ai ele falou “qual é o seu nome civil?” e eu falei ‘independente, o nome social está junto com o meu civil, no meu RG, o senhor não pode me chamar de ele.’ Ai uma policial disse ‘é que a gente costuma chamar pelo nome civil’ e eu falei ‘a senhora está totalmente errada, meu nome não é esse, você acha que eu combino com ele?’”

Além das vulnerabilidades que perpassam o cotidiano de Maria Beatriz como pessoa em situação de rua, a transgeneridade, historicamente patologizada e discriminada, representa o agravamento da exposição às violações, notadamente àquelas praticadas por autoridades policiais. Em uma revisão integrativa de literatura realizada por Silva et al. (2022) acerca da violência sofrida por mulheres transgênero, as autoridades policiais foram citadas como agentes agressores em 37% dos estudos (n=16), ficando aquém apenas das agressões perpetradas por familiares (43,75%). O estudo de Dias et al. (2015) acerca da trajetória de rua de duas mulheres transgênero endossa o relato de Maria Beatriz ao evidenciar violações institucionais em que os profissionais negavam a escolha pelo nome social e se referiam à mulher pelo nome de registro civil. O uso do nome social representa o reconhecimento autêntico diante da sociedade da identidade de gênero de pessoas trans em consonância com a imagem corporal presumida, além de atuar como fator importante fortalecimento da autoestima. (Silva et al, 2016). Nesse sentido, é possível constatar uma configuração de instituições e órgãos públicos atravessada por desconhecimento e preconceito que, reiteradamente, atuam de modo a constranger e invisibilizar mulheres transgêneras.

Por fim, outra face das crueldades vivenciadas por essas mulheres consiste na violência psicológica e moral perpetrada pela população em geral, a partir da visão arraigada de preconceitos que se tem dessas pessoas, como pode-se constatar a partir dos excertos:

“Todo mundo julga, porque bebe.”, “[As pessoas] veem com outros olhos né, porque morador de rua não tem valor nenhum, é vagabundo, mendigo, usuário de drogas, alcoólatra... então não tem

valor.” e “Acho que não sou bem vista não, porque é aquilo que te falei, morador de rua não é bem visto.”. (Maria Alessandra)

“[Veem] como um monstro, eles [população geral] não veem a gente como pessoa normal, mulher trans normal. [...] Ah, as pessoas não pensam, elas demonstram, falam, tá entendendo? Elas não respeitam mesmo. É isso, elas me veem como um monstro, um lixo, uma fedida, é assim, você entende? Tipo ‘ai, que nojo’. Tipo eu fico aqui e as pessoas ficam a um metro, 2 metros assim longe, você entende?” (Maria Beatriz).

Quando questionadas explicitamente sobre eventos violentos, as narrativas quase sempre abordavam apenas agressões físicas e sexuais, enquanto os relatos acima foram dados quando as mulheres foram questionadas acerca da percepção que a população em geral tem sobre elas e sobre outras pessoas em situação de rua. Por efeito do termo violência remeter a situações em que marcas físicas endossam o ato, violências morais e psicológicas podem sequer serem reconhecidas pela vítima. Tal fenômeno é destacado no estudo de Rosa e Brêtas (2015), sugerindo que essas mulheres adquirem alguma tolerância à formas não físicas de violência, mesmo que estas sejam responsáveis por grande sofrimento, como se pode perceber nas considerações de Maria Beatriz:

“Acho que meu psicológico também afetou muito, minha auto estima não tem mesmo. [...] está fora de cogitação, não tem autoestima.”, “Acredito [na visão que as pessoas têm sobre ela], às vezes acredito demais”, “Me vejo... às vezes me sinto tão lixo, às vezes não e às vezes sim, às vezes fico em desespero, como é que eu estou, o que eu vou fazer...” e “Eu preferia não falar de mim, sabia? Hoje... prefiro não me descrever, de vergonha. Lógico que eu sei das minhas capacidades, mas às vezes eu tenho vergonha. ”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou explorar e analisar as experiências de violência presentes tanto na história progressiva quanto no cotidiano de duas mulheres em situação de rua. A partir

dos resultados e análise feita após a exploração do material, evidenciou-se que a situação de rua dessas mulheres é resultado de um conjunto complexo de fatores interconectados que começaram desde a infância. No entanto, essas mulheres possuem, em comum, uma trajetória de vida permeada por múltiplas formas de violência, com padrões que se repetem desde a infância até a vida adulta na figura de homens agressores e revelam a perpetuação da violência como um ato de poder da estrutura patriarcal que faz com que mulheres sigam vulneráveis onde quer que estejam. Ao fazer um recorte de gênero, entende-se que a inserção de mulheres transgênero nesse contexto implica em sofrimentos ainda mais profundos, considerando que além de ser mulher e estar em situação de rua, a transgeneridade compõe um terceiro fator de vulnerabilização, no qual sua identidade é reiteradamente deslegitimada.

No que tange os aspectos metodológicos, devem ser destacadas algumas limitações encontradas no percurso. O caráter efêmero da permanência das participantes nas instituições culminaram na interrupção das entrevistas antes do fim do roteiro planejado a pedido das entrevistadas, a fim de que pudessem voltar a suas atividades diárias e inviabilizaram o aprofundamento em temas relevantes. Além disso, a escassez de publicações identificadas com as temáticas aqui abordadas, sobretudo diante de sua complexidade, também constitui uma limitação na discussão dos dados e sinaliza a importância de se ampliar o estudo sobre as condições de vida de mulheres em situação rua, especialmente sob o recorte de violências vivenciadas na história pregressa, de gênero e, inclusive, de cor e idade, que não foram discutidos neste estudo. Também reconhece-se a limitação quanto ao número reduzido de participantes, que impossibilita a generalização dos resultados mas não o torna menos relevante, uma vez que não há a intenção de encontrar respostas absolutas, e sim de inspirar novas incursões no tema que expandam os conhecimentos acerca da realidade de mulheres em situação de rua que possam ser utilizados para a construção de políticas públicas mais eficientes.

REFERÊNCIAS

- Amorim, A.K.M., Nobre, M. T., Coutinho, A. F. J., & Gomes, F. E. S. (2017). Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: A experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(4), 389-400.
- Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, C., Perry, B. D., Dube, S. R., & Giles, W. H. (2006). The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood. A convergence of evidence from neurobiology and epidemiology. *European archives of psychiatry and clinical neuroscience*, 256(3), 174-186.
- Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, A. S., Santos, C. L., Silva, M. R., Reppold, C. T. & Prade, L. T. (2002). Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3), 305-313.
- Araújo, M.F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo [online]*, 7(2).
- Araújo, M. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina*, (14).
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Biscotto, P. R., Jesus, M. C. P., Silva, M. H., Oliveira, D. M., & Merighi, M. A. B. (2016). Understanding of the life experience of homeless women. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50(5), 749-755.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. *Rua: Aprendendo a Contar - Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
- Brasil. (2012). Ministério da Saúde. *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília, 2012. http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_ rua.pdf

- Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. [Lei Maria da Penha]. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Campos, D. A. (2016). Os efeitos das relações de gênero nas trajetórias dos moradores de rua do município de Florianópolis (SC) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172169>
- Castro, T. G. D., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 814-825.
- Costa, A. P. M. (2006). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 4(1), 1-15.
- De Antoni, C., & Assmann, A. M. (2016). As violências institucional e estrutural vivenciadas por moradores de rua. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 641-651.
- Decreto nº 7.053, 23 de Dezembro de 2009. (2009). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. Brasília, DF.
- Dias, André Luiz Freitas, Borges, Ariana Oliveira, Cunha, Bárbara El-Dine Breguez, Castro, Breno Pedercini, Campos, Julia Álvares, Carvalho, Maria Cecília Alvarenga, & Martins, Vivian Barros. (2015). À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(spe), 214-233.
- Dong, M., Anda, R. F., Felitti, V. J., Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T. J., Loo, C. M., & Giles, W. H. (2004). The interrelatedness of multiple forms of childhood abuse, neglect, and household dysfunction. *Child abuse & neglect*, 28(7), 771-784.
- Dutton, D., & Painter, S.L.. (1981). Traumatic bonding: The development of emotional attachments in battered women and other relationships of intermittent abuse. *Victimology*, 6. 139-155.
- Eastwood, E. A., Nace, A. J., Hirshfield, S. & Birnbaum, J.M. (2021). Young transgender women of color: Homelessness, poverty, childhood sexual abuse and implications for HIV Care. *AIDS and behavior*, 25(1), 96-106

- Felitti, V. J., Anda, R.F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Koss, M. P., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258.
- Flentje, A., Leon, A., Carrico, A., Zheng, D. & Dilley, J. (2016). Mental and physical health among homeless sexual and gender minorities in a major urban US city. *Journal of Urban Health: bulletin of the New York Academy of Medicine*, 93(6), 997-1009.
- Frangella, S.M. (2009). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- Frazão, P. & Rosário, R. (2008). O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 26(1), 25-45)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n73.pdf
- Lenon S. (2000) Living on the edge: women, poverty and homelessness in Canada. *Can Womens Stud.* 2000; 20(3):123-6.
- Lima, L. & Boeira, L. S. (2019). Direitos humanos, gênero e patriarcado: o estupro como ato - violação. *Periódicus - Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, 11(2).
- Liu, M., Luong, L., Lachaud, J., Edalati, H., Reeves, A., & Hwang, S. W. (2021). Adverse childhood experiences and related outcomes among adults experiencing homelessness: a systematic review and meta-analysis. *The Lancet. Public health*, 6(11), e836-e847.
- Machado, L. Z. (1999). Sexo, estupro e purificação. In: Suárez, M., BANDEIRA, L. (Org.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Editora UnB.
- Machado, R. W. G., & Nunes, N. R. A. (2022). Opressões cruzadas: intersecções entre situação de rua, gênero e sexualidade. In: Nunes, N. R. A., Senna, M. C. M., &

- Cinacchi, G. B. (orgs.). População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais. Rede UNIDA, 190-202
- Minayo, M. C. S. (2007). *Violência e saúde* (20a ed.) Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- Monteiro, F. K. V., & Almeida, L. P. (2017). A exclusão social de mulheres moradoras de rua: Questões de gênero e políticas sociais. In: Silva, P. C. (org.). *Territorio(s), género, trabajo y políticas públicas en America Latina*. Provocare.
- Nardes, S., & Giongo, C. R. (2021). Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Revista Estudos Feministas* [online], 29(1).
- Neal R. (2004). *Voices: women, poverty and homelessness in Canada: report of the National anti-poverty organization*. Ottawa: The National Anti-Poverty Organization, 48.
- Nonato, D. N. & Raiol, R. W. G. (2016). Invisíveis Sociais: A Negação do Direito à Cidade à População em Situação de Rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, 2(81).
- Nonato, D. N., & Raiol, R. W. G. (2018). Pessoas em situação de rua e violência: Entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. *Revista Direito Em Debate*, 27(49), 90–116.
- Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde Mental dos adolescentes.
<https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>
- Paludo, S. S. & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.
- Prates, J. C., Prates, F. C. & Machado S. (2011). Populações em Situação de Rua: Os Processos de Exclusão e Inclusão Precária Vivenciados por esse Segmento. *Temporalis* (Brasília) 22, 191-215.
- Richwin, I. F., & Zanello, V. (2023). “Desde casa, desde berço, desde sempre”: violência e mulheres em situação de rua. *Revista Estudos Feministas* [online], 3(1)
- Rosa, A. S. & Brêtas, A. C. P.. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 275-285.

- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sanchotene, I. P., De Antoni, C., & Munhós, A. A. R. (2019). MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 18(1), 146-160.
- Segato, R. L. (1999). A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: Suárez, M., Bandeira, L. (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Editora UnB, 387-427.
- Silva, G. W. S., Souza, E. F. L., Sena, R. C. F., Moura, I. B. L., Sobreira, M. V. S., & Miranda, F. A. N. (2016). Situações de violência ontra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2).
- Silva, I.C.B., Araújo, E.C., Santana, A.D.S., Moura, J.W.S., Ramalho, M.N.A., & Abreu, P.D. (2022). Gender violence perpetrated against trans women. *Rev Bras Enferm.* 75(2).
- Silva, M. L. B. da, Bousfield, A. B. da S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Cavaler, C. M. (2022). A violência para mulheres em situação de rua. *Psico*, 53(1).
- Sotero, M. (2011). Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão de ética. *Revista Bioética*, 19(3), 799-814.
- Souza, E. S. & Tanaka, L. H. (2022). Healthcare: action research with trans people living on the streets. *Revista Brasileira de Enfermagem [online]*, 75(2).
- Tiene, I. (2004). *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas, SP: Alinea.
- Vale, A. R. & Vecchia, M. D. (2019). “UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 222-234.
- Varanda, W. & Adorno, R. C. F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 56-69.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos (4a ed.)*. Porto Alegre: Bookman.

Zanello, V. (2018). Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris.

Zanello, V. (2019). Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidades. In: Pasinato, W., Machado, B., & Ávila, T. Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. Brasília, Fundação Escola, 135-158.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista Semiestruturado

1. Dados pessoais

- Nome
- Gênero
- Nascimento
- Cidade
- Escolaridade
- Autodeclaração de cor
- Religião
- Condição financeira

2. História pregressa

- Infância
- Família
- Relacionamentos amorosos
- Filhos
- Histórico médico
- Dependência de álcool e outras drogas
- Vínculos sociais, amigos
- O que te levou até as ruas?

3. Experiência nas ruas

- Como é um dia típico? Rotina
- Tem parceiro/parceira?
- Como é a relação com as outras mulheres
- Qual o maior medo vivendo na rua?
- Insegurança para dormir
- Já viveu ou presenciou violência enquanto vivia em situação de rua?
 - De que natureza foi a violência? (física, psicológica, sexual?)
 - Quem praticou? (autoridades, pessoas/grupos intolerantes, outras pessoas em situação de rua, parceiro?)
- Faz uso de álcool e outras drogas?
- Como faz a higiene?
- Como se alimenta?

- Tem apoio de instituições? Quais?

4. Autoestima/Autoimagem

- Como acha que é vista pelas pessoas?
 - Acredita nisso?
- Como você se vê?
- Como diria quem é você para alguém?
- Quais qualidades vê em si própria?

5. Perspectiva de futuro

- Quais eram os seus planos para o futuro em relação a dinheiro, profissão, escolaridade e família?
- Os planos foram interrompidos?
- Quais os planos para o futuro, agora?
 - Sonhos, metas

6. Como se sente após ter contado a sua história?

ANEXO 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****(Resolução CNS 510/2016)****EXPERIÊNCIA E IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA VIVENCIADA POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS**

Eu, Bianca Corrêa dos Santos, estudante da graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar a convido a participar da pesquisa “Experiência e impactos psicológicos da violência vivenciada por mulheres em situação de rua: um estudo de casos múltiplos” orientada pela Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca.

Este estudo será realizado na cidade de São Carlos-SP e o objetivo é analisar e compreender a experiência de mulheres em situação de rua quanto à sua história pregressa, trajetória, vivências, questões de saúde mental e perspectiva de futuro.

Você será convidada a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem a experiência de ser uma pessoa em situação de rua. A entrevista será individual e realizada na instituição de acolhimento.

É importante ressaltar que o procedimento de coleta de dados não é agressivo ou nocivo à sua vida. Por se tratar de um estudo que busca informações sobre sua trajetória e vivências, você poderá estar sujeito a eventuais desconfortos durante a entrevista, como constrangimento e/ou tristeza diante de alguma pergunta. Nessas situações, você terá garantida a liberdade de não responder e o acolhimento da entrevistadora, além de poder fazer pausas ou mesmo interromper a entrevista a qualquer momento. Em caso de encerramento da entrevista por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá acolher sua demanda e garantirá assistência por meio de uma breve intervenção.

Os benefícios de sua participação não são diretos, porém você poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre as perspectivas das mulheres em situação de rua, suas percepções e suas vivências. A produção de conhecimento científico poderá trazer benefícios de uma maneira geral à sociedade a partir da geração de mais dados e informações sobre esse assunto, podendo subsidiar com dados científicos alternativas e possibilidades de políticas públicas que beneficiem mulheres em situação de vulnerabilidade.

Sua participação é livre e voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento a senhora pode desistir de participar e retirar seu consentimento, pessoalmente ou por meio de contato telefônico com as pesquisadoras responsáveis. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo em sua relação com a instituição de acolhimento. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio da entrevista. As gravações realizadas durante a entrevista serão transcritas pela pesquisadora e, posteriormente, apagadas. A transcrição será apresentada a você para validação das informações. É garantido a você o acesso aos resultados dessa pesquisa.

Caso houver despesas comprovadamente advindas da sua participação na pesquisa, como transporte ou alimentação, você terá direito a ressarcimento no dia da coleta. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), rubricada em todas as páginas e assinada por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço das pesquisadoras. Você poderá solicitar acesso ao TCLE, quantas vezes desejar e a qualquer momento, pessoalmente ou por meio de contato telefônico com as pesquisadoras e será prontamente atendida. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia

Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685.
E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e 7 dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Bianca Corrêa dos Santos
Endereço: Rua dona Alexandrina, 1984, São Carlos-SP
Contato telefônico: (19) 98814.4212 E-mail: biacorra@live.com

Pesquisadora Responsável: Sabrina Mazo D’Affonseca
Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos-SP
Contato telefônico: (16) 99115.3073 E-mail: samazo@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome da Pesquisadora

Nome da Participante